

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

No passado dia 5 de Janeiro os deputados de S. Miguel do Partido Socialista visitaram a Associação dos Imigrantes nos Açores, na sequência de outros contactos já estabelecidos com a referida associação, já que as questões da imigração constituem uma das preocupações de âmbito social do grupo parlamentar do Partido Socialista.

Assim se entende também as intervenções que já trouxe a esta Câmara sobre dois grandes aspectos essenciais desta problemática. Por um lado, sublinhando a importância desta componente da modernidade dos países mais desenvolvidos e a nossa longa vivência de emigrantes. Por outro, realçando as características essenciais da imigração observada nos Açores, quer em termos de evolução quantitativa nos anos mais recentes, quer da origem e distribuição dos imigrantes pelas várias ilhas e sua interligação com o volume e estrutura demográfica, bem como as principais actividades económicas a que estes se dedicam.

A importância do tema – que obviamente ultrapassa em muito as fronteiras nacionais - está bem patente na visibilidade que lhe tem dado a comunicação social do nosso país e, fundamentalmente, na referência explícita de órgãos de soberania, como o Presidente da República, ou na de outras individualidades da vida pública portuguesa, como o Governador do Banco de Portugal, Dr. Vítor Constâncio.

No que respeita às questões do acolhimento e inserção dos imigrantes, o Senhor Presidente da República apelava para a nossa longa experiência de país de emigração, que ainda o somos, como forma de melhor nos relacionarmos com os cidadãos estrangeiros que residem no nosso país. No seu discurso na Sessão de Encerramento do I Congresso – Imigração em Portugal: Diversidade, Cidadania e Integração, no dia 19 de Dezembro de 2003 dizia:

*“Julgo que uma chamada de atenção para o modo como historicamente nos relacionámos com a emigração deve ser uma componente fundamental de uma acção pedagógica dos responsáveis políticos do País dirigida a ultrapassar reacções espontâneas ou heterogeridas de medo, rejeição cultural ou mesmo xenofobia”.*

O acolhimento de estrangeiros é também uma questão referida por Vítor Constâncio na entrevista do jornal Público do passado dia 19 de Janeiro no qual afirma:

*“ ...uma sondagem, feita em vários países europeus, que revelou, para minha surpresa, que Portugal era o país onde era maior a rejeição à entrada de imigrantes”.*

Parece-nos, assim, que a nível nacional a experiência emigratória, mais longínqua ou mais recente, não é por si só factor imediato de aceitação do Outro. Evidencia-se, assim, o mito - porque cremos que só de mito propagandístico se tratava - da originalidade da nossa natureza particular na inter relação e miscigenação com os mais variados povos, uma visão propositadamente romanesca de sustentação insustentável de um império a prazo perdido.

E nos Açores? O que pensa e sente a população da nossas ilhas? Será que a experiência, especialmente a mais recente - que faz com que a grande maioria das famílias açorianas tenha parentes próximos na outra margem do Atlântico - pesará na atitude da generalidade dos nossos conterrâneos?

As histórias tantas vezes partilhadas de precariedade no emprego, de despedimento, de revolta face à prepotência do “boss”, dos enganos sofridos por desconhecimento da língua, da incompreensão por valores e práticas culturais distintas, estarão presentes no quotidiano das nossas gentes, designadamente quando nos confrontámos com situações semelhantes vividas por outros?

Não conhecemos nenhum estudo como o que foi realizado a nível europeu, mas sabemos as dificuldades com que se defrontam muitos dos que aqui chegam, na procura de habitação e, fundamentalmente, no emprego.

E é em relação às questões do emprego, ou mais amplamente com a actividade económica e suas consequências sociais, que se colocam muitas das questões sobre a actualidade e o futuro da imigração.

A sua importância é claramente evidenciada pelo Presidente da República no discurso acima referido:

*“É preciso informar os cidadãos portugueses sobre o papel muito positivo da imigração em matéria de atenuação da tendência, ultimamente muito acentuada, para o envelhecimento da nossa população residente. Sem essa imigração, seriam mais pessimistas as perspectivas futuras de sustentabilidade financeira do sistema de pensões a que todos achamos ter direito. Sem essa imigração, perderíamos a oportunidade de fazer entrar pessoal com qualificações escolares elevadas em sectores de actividade onde elas têm escasseado. Sem essa imigração, ficaríamos, noutros segmentos do nosso sistema produtivo, com postos de trabalho literalmente por ocupar.”*

Ou por Vítor Constâncio quando afirma na entrevista acima citada:

*“... um dos problemas que se coloca para o futuro, quando olhamos para o crescimento da Europa e de Portugal, é*

*que esse crescimento é afectado pela demografia, pelo crescimento da população... a taxa de crescimento potencial de uma economia depende muito da oferta de trabalho, do crescimento demográfico.”*

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

A tendência de envelhecimento demográfico dos Açores, designadamente de algumas das suas ilhas é conhecida e já tive oportunidade de nesta Assembleia, em Março de 2003, sublinhar as suas linhas fundamentais, nas quais se incluem as vantagens da imigração.

A pujança económica de um país ou de uma região directamente relacionada com a sua estrutura demográfica não é uma questão nova, pelo menos para os demógrafos. Serviu interesses distintos, em especial da extrema directa europeia que nela via, e vê, uma via de apelar ao aumento da natalidade no contexto da família tradicional e da defesa da raça ou do nacionalismo. Serviu e serve o centro e a esquerda para defender as políticas que configuram o modelo social europeu.

Com a divulgação do relatório da União Europeia “Migration and Social Integration of Migrants”, cremos que também fica evidenciada, uma vez mais, a falta de correlação

entre a imigração e o desemprego, como têm alertado várias associações de imigrantes no nosso país, com o apoio explícito de representantes da Igreja Católica e a incompreensão de figuras cimeiras do governo central, cujas palavras populistas se querem sobrepor ao conhecimento decorrente dos estudos científicos. O valor das suas palavras, se é que existe, tem, todavia, outra origem, a ideológica, e só nela se pode fundamentar e, conseqüentemente, defender e debater. Estarão disponíveis para o assumir? Parece que não.

A dissonância das duas vozes do governo central tem sido uma evidência difícil de negar, embora nos últimos dias uma única voz apresente a duplicidade dos posicionamentos anteriormente explicitados, ou seja, argumentando-se as vantagens da diversidade cultural quantificada pela diferença entre as necessidades (?) de mão-de-obra e o número de portugueses desempregados...

Como será nos Açores? O silêncio de ambas pode ser uma alternativa.

Neste assunto até pode parecer que não há necessidade de falar já que não temos competências próprias. Não temos numa óptica legislativa, mas temos nas suas conseqüências, como a de criar políticas de inclusão para os residentes estrangeiros e a de informar correctamente, e não

demagogicamente, os açorianos. E estas são questões essenciais para o nosso presente e para o nosso futuro.

Defesa de questões universalistas? Sem dúvida. Mas as consequências são de ordem prática e fazem-se sentir em termos locais e regionais. O quadro valorativo configura o desenvolvimento da acção e como tal não lhe é indiferente, como bem o comprovam as divergências existentes em torno da problemática da imigração.

O desenvolvimento da Região passa pelos seus recursos humanos, por pessoas integradas que não encontram barreiras artificialmente construídas pela desconfiança dos que os devem naturalmente acolher.

Iniciado o percurso de inclusão, o Partido Socialista continuará a sua acção no caminho de uma modernidade claramente assumida perante toda a população, sem os constrangimentos de quem, por evidente dificuldade de consensualização, diz o que não pensa e pensa o que não diz ou apenas nada diz.

Disse.

Horta, 21 de Janeiro de 2004

A Deputada Regional

Gilberta Rocha